

Transparência e controle social em discussão

Conferências em todo o Brasil debatem propostas para aumentar o acompanhamento social da administração pública

Joseana Paganine

ATÉ ABRIL DE 2012, a Controladoria-Geral da União (CGU) vai receber sugestões da população para melhorar a transparência na gestão pública. Quem quiser apresentar proposta precisa participar de, pelo menos, uma das conferências preparatórias à 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial), que acontecerá de 18 a 20 de maio de 2012, em Brasília.

O objetivo da Consocial é estimular a sociedade a acompanhar o trabalho da administração pública e a exercer controle mais efetivo sobre o uso do dinheiro público. As propostas apresentadas nas etapas preparatórias serão sistematizadas e debatidas no encontro em Brasília. O resultado irá subsidiar a elaboração, pelo governo federal, do Plano Nacional sobre Transparência e Controle Social.

A diretora de Prevenção da



Cerca de 15 mil pessoas já participaram das mais de 300 conferências municipais, regionais e livres realizadas até agora

Corrupção da CGU, Vânia Vieira, considera que a conferência é um momento importante para o país, pois responde a demanda da sociedade, que fez abaixo-assinado para que a discussão fosse realizada. “É primeira vez que vamos debater o que já foi feito e o que ainda precisa ser feito nessa área”, disse ela, que é também presidente da comissão organizadora da Consocial.

Várias etapas

Antes da etapa nacional, estão sendo realizadas confe-

rências municipais; regionais, com mais de um município; estaduais; e livres, organizadas por grupos de pessoas ou por instituições. Em fevereiro, será possível participar também de conferências virtuais no site da Consocial (*veja quadro Saiba Mais*).

Segundo dados da comissão organizadora, já foram realizadas, desde julho, mais de 300 conferências municipais, regionais e livres, envolvendo quase mil municípios. Os estados que, até agora, organizaram mais conferências

municipais e regionais foram Ceará, Paraíba, Santa Catarina, Maranhão e Tocantins.

Cerca de 15 mil pessoas já participaram dos debates, entre representantes da sociedade civil (51%), do poder público (36%) e dos conselhos de políticas públicas (13%). Outras 131 conferências envolvendo 593 municípios já foram convocadas. Após a realização das etapas municipais e regionais, será a vez das conferências estaduais. A expectativa da comissão organizadora é de que, ao final,

a Consocial tenha mobilizado aproximadamente 1 milhão de pessoas.

Assuntos em debate

Nas conferências, são discutidos quatro temas: promoção da transparência pública e acesso à informação; mecanismos de controle social e capacitação da sociedade para o acompanhamento da gestão pública; atuação dos conselhos de políticas públicas; e diretrizes para prevenção e combate à corrupção. Dentro desses temas, as propostas mais frequentes, até o momento, dizem respeito aos portais de transparências dos municípios; à criação de disciplinas escolares sobre controle social; à capacitação dos conselheiros de políticas públicas; e ao aperfeiçoamento da legislação contra corrupção.

A conferência conta com 41 entidades em sua comissão organizadora, entre instituições públicas, como o Senado Federal e o Tribunal de Contas da União (TCU), e da sociedade civil, como a Associação Contas Abertas e o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), sob a presidência da Controladoria-Geral da União.

“Brasil avançou em relação ao tema”

De acordo com a diretora de Prevenção da Corrupção da CGU, Vânia Vieira, o Brasil é referência no mundo em “transparência ativa”, que é a divulgação espontânea de informações governamentais à sociedade, especialmente em relação à aplicação dos recursos orçamentários.

— O Brasil é um caso particular. Avançamos muito no acesso ativo, antes mesmo de termos uma lei de acesso à informação. Em geral, os países fazem, primeiro, uma legislação sobre o assunto e, depois, disponibilizam a informação. Mas o Portal da Transparência do Governo Federal existe desde novembro de 2004 sem que houvesse lei que obrigasse a sua existência.

Segundo dados da CGU,

em 2005, o Portal da Transparência recebeu quase 286 mil acessos. Em 2010, esse número estava em quase 3 milhões.

Mas, segundo ela, o país ainda precisa melhorar a “transparência passiva”, que se dá quando o cidadão pede acesso à informação. Vânia acredita que o problema será resolvido justamente pela Lei Geral de Acesso à Informação (Lei 12.527/11), aprovada pelo Senado em 25 de outubro e sancionada pela presidente da República, Dilma Rousseff, no último dia 18. “Essa lei significa mudança de paradigma, pois transforma o acesso em regra e o sigilo em exceção”, afirma.

A lei entra em vigor 180 dias após a sanção. A partir daí, lembra a diretora, qualquer

cidadão poderá pedir informação a órgão público, sem necessidade de justificar o porquê do pedido, e a administração não poderá obstar o acesso.

Para Vânia, o próximo desafio é fazer com que a legislação seja posta em prática. A Controladoria-Geral da União será responsável por coordenar esforços, como a implantação de serviços de atendimento ao cidadão nas instituições públicas.

— Mas o principal desafio é mudar a cultura, conscientizar o servidor público para a importância de sua função na transparência, para que o direito de acesso à informação seja exercido. Muitas vezes, o servidor tem receio de entregar a informação ao cidadão — avalia.

Senado disponibiliza Portal de Transparência da Copa

Para facilitar o controle dos gastos com obras da Copa do Mundo de 2014, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado lançou, em julho, o Portal de Transparência da Copa (*veja quadro Saiba Mais*). Acessível a qualquer cidadão, a ferramenta permite acompanhar todo o processo, da licitação até a execução, das obras realizadas com recursos federais.

Desenvolvido pela Secretaria Especial de Informática do Senado Federal (Prodasen), a página tem o apoio do Tribunal de Contas da União (TCU) e dos tribunais de contas dos estados e municípios envolvidos com a organização da Copa de 2014.

O portal é alimentado pelos

gestores públicos dos contratos nos estados e municípios que serão sede do Mundial. A atualização é feita mensalmente com informações enviadas pelas empresas contratadas. Os recursos só são liberados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social se os dados estiverem atualizados

Mais informação

O Senado também mantém, na internet, o seu Portal da Transparência. Lançado em 2009, traz dados sobre a gestão administrativa e a execução orçamentária da Casa. Nele, o cidadão pode conferir ainda a prestação de contas das verbas indenizatórias de cada senador.

Novas leis

► Lei Geral de Acesso à Informação (Lei 12.527/11)

Regulamenta a divulgação de documentos produzidos pela administração pública. Pela lei, qualquer pessoa pode apresentar pedido de informação a órgão público, que terá prazo de até 30 dias para atender à solicitação. Documentos de segurança do Estado são protegidos por, no máximo, 50 anos. O acesso a informações relacionadas a direitos humanos é livre. A lei também prevê punição para o agente público que descumprir as regras.

► Lei da Transparência (Lei 131/09)

De autoria do então senador João Capiberibe, estabelece prazos para que União, estados, municípios e Distrito Federal divulguem suas contas na internet. O prazo para municípios com mais de 100 mil habitantes terminou em 2010. Em maio de 2011, foi a vez dos que possuem entre 50 mil e 100 mil habitantes. Já os municípios com até 50 mil habitantes terão até 2013 para divulgar suas contas.

Saiba mais

Portal da Transparência do governo federal
www.portaltransparencia.gov.br

Portal de Acompanhamento de Gastos para a Copa do Mundo de 2014
www.copatransparente.gov.br

Portal da Transparência do Senado
www.senado.gov.br/transparencia/

Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social
www.consocial.cgu.gov.br



CONFIRA OUTRAS EDIÇÕES DO ESPECIAL CIDADANIA EM WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL